

A GUARDA COMPARTILHADA: UMA ALTERNATIVA PARA COIBIR A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Jayne Aparecida Vieira¹
Janaina Guimarães Mansilia²

RESUMO

O presente trabalho busca discutir a guarda compartilhada como uma alternativa para combater a síndrome da alienação parental. Pretende-se demonstrar que a guarda compartilhada serve de garantia para a igualdade na educação, criação e proteção dos filhos, vez que objetiva o melhor interesse para a criança e o adolescente, alicerçando-se na convivência e na responsabilidade compartilhada entre os pais. A guarda compartilhada é vista como uma modalidade adequada, pois os outros modelos existentes no ordenamento jurídico, apenas privilegiam um dos pais em detrimento do outro. Com o rompimento das relações conjugais, cada vez maior, surge a discussão da síndrome da alienação parental que cria um relacionamento individualista e particular, além de causar sequelas comportamentais e sentimentais que comprometem o relacionamento entre pais e filhos. Assim, a guarda compartilhada apresenta-se como meio de combate a esta síndrome, pois promove um convívio permanente entre pais e filhos e a divisão das responsabilidades sob estes. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica nas principais doutrinas, jurisprudências e artigos científicos relacionados ao tema.

Palavras-chave: guarda compartilhada; melhor interesse para o menor; separação conjugal; síndrome da alienação parental.

ABSTRACT

The present work seeks to discuss shared custody as an alternative to combat the syndrome of parental alienation. It is intended to demonstrate that shared custody serves as a guarantee for equality in the education, creation and protection of children, since it aims at the best interest for the child and the adolescent, building on the coexistence and shared responsibility between the parents. The methodology used was bibliographic research in the main doctrines, jurisprudence and scientific articles related to the subject. Shared custody is seen as an appropriate modality, since other models existing in the legal system only privilege one parent over another. With the breakdown of marital relations, there is a growing debate about the syndrome of parental alienation that is identified by creating an individualistic and particular relationship that causes behavioral and sentimental sequels and compromises healthy development between parents and children. Thus, shared custody presents itself as a means of combating this syndrome, as it promotes a permanent relationship between parents and children and the division of responsibilities under them.

Keywords: shared guard; best interest for the child; marital separation; parental alienation syndrome.

¹ Acadêmica do 9^a semestre do curso de Direito, pelas Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/SP. E-mail: jayne_0195@hotmail.com.

² Orientadora, Advogada, Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/SP, Mestre em Direito do Trabalho. E-mail: coordenadoriadereito@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Segundo prescreve a Constituição Federal, é direito de todos ter uma família, tendo o Estado o dever de protegê-la nas situações que reclamaram sua atuação e uma das hipóteses que emergem seu trabalho é com a destituição do núcleo familiar.

Com o rompimento da sociedade conjugal o poder familiar se mantém intacto, sendo o convívio diário entre pais e filhos modificado, assim aos genitores compete decidir acerca da guarda dos filhos.

No primeiro capítulo foram realizados breves comentários a respeito do poder familiar, bem como as mudanças determinantes para as transformações no ambiente familiar. O poder familiar se caracteriza por reunir os direitos e deveres dos pais sob os filhos. Com efeito, a guarda é uma das obrigações conferidas aos pais através do poder familiar.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 foi estabelecido ao homem e a mulher direitos e deveres iguais em todos os aspectos, e especialmente no que diz respeito a sociedade conjugal.

No segundo capítulo foi traçado uma análise acerca dos atributos direcionados aos pais em relação aos filhos. Nas circunstâncias do rompimento da sociedade conjugal o poder familiar permanece inalterável. Nesse sentido, os pais continuam a exercer o seu papel de pai e mãe, pois o poder familiar transcende a existência ou não de matrimônio, vez que surge através da maternidade e da paternidade.

No terceiro capítulo o trabalho abordou as modalidades de guarda previstas no ordenamento jurídico, quais sejam: guarda alternada, unilateral e compartilhada. A guarda compartilhada visa proteger os filhos, e tem como base de sustentação o princípio do melhor interesse para o menor. Esta modalidade proporciona a plena convivência entre os integrantes do núcleo familiar, o que não é possível com os outros modelos de guarda, pois criam barreiras que dificultam um convívio harmônico entre os membros de família.

Desse modo, a guarda compartilhada se mostra como melhor alternativa para assegurar a continuidade dos laços afetivos, pelo fato de que os pais, conjuntamente, ainda que não estejam mais na constância conjugal, poderão continuar a exercer o poder parental.

No último capítulo foi realizada uma análise do instituto da guarda compartilhada. Por certo que esta modalidade visa impedir práticas competitivas, atitudes presentes na guarda unilateral, que levam a alienação parental, ocasionando disputas entre os pais para obterem a guarda dos filhos.

A Síndrome de Alienação Parental surge das constantes disputas dos pais pela guarda dos filhos. Na maioria dos casos a não aceitação por um dos cônjuges com a separação e, diante de seu inconformismo, utiliza-se de argumentos falsos para afastar a criança do outro cônjuge. Em regra, o alienador é o pai a quem foi conferido a guarda, que pelo fato de ter um convívio maior com a criança a influência contra o pai não guardião.

Em decorrência das mentiras contadas ao filho, ele tende a rejeitar o pai alienado, mas há outras consequências que decorrem da alienação parental, como os transtornos psicológicos e emocionais.

Assim, com o intuito de assegurar a proteção dos filhos dos conflitos parentais, especialmente da síndrome de alienação parental, a guarda compartilhada tem se destacado como ferramenta de grande utilidade para o combate desta síndrome, pois constitui o melhor modelo capaz de proporcionar o convívio em comum entre pais e filhos.

2. PODER FAMILIAR: BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E CONCEITUAL

Inicialmente, o poder familiar se caracteriza por reunir direitos e responsabilidades concedidos aos pais sobre os filhos. Carlos Roberto Gonçalves conceitua que (2011, p.100); "poder familiar é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, no tocante à pessoa e aos bens dos filhos menores".

Silvio Rodrigues (2004, p. 359) define que; “[...] o poder familiar é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, em relação à pessoa e aos bens dos filhos não emancipados, tendo em vista a proteção destes”.

Waldyr Grisard Filho (2009, p. 35-36) entende que:

É o conjunto de faculdades encomendadas aos pais, como instituição protetora da menoridade, com o fim de lograr o pleno desenvolvimento e a formação integral dos filhos, física, mental, moral, espiritual e social.

Conforme os entendimentos citados percebe-se que não há discussões acerca do conceito de poder familiar. Posto a conceituação deste, cabe analisar suas características.

Segundo o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves (2007, p. 369) o “poder familiar é que esse se constitui um múnus (encargo) público, pois ao Estado, que fixa normas para o seu exercício, interessa o seu bom desempenho”.

Manifesta-se, também, como inalienável, ou seja, indisponível, que não pode ser transferido e irrenunciável, afinal os pais não podem abdicá-lo. Do mesmo modo explica

Maria Helena Diniz (2001, p. 378), “o poder familiar [...] é irrenunciável, intransferível, inalienável e imprescritível [...]”.

É imprescritível, pois não perde a validade pelo fato de seu não exercício. Nas palavras de Wadir Filho (2010):

(...) o poder familiar possui algumas características como ser imprescritível, pois os genitores não perdem no caso de não exercitá-los; ser irrenunciável, porque os pais não podem renunciar do seu dever de genitores; e, por fim, ser indisponível e inalienável, pois não pode ser transferido pelos genitores a outrem, mas pode ser confiado a outras pessoas que não sejam os pais.

Além disso, Maria Helena Diniz (2007, p. 516) contextualiza o poder familiar ao que dizer que ele “conserva a natureza de uma relação de autoridade, por haver um vínculo de subordinação entre pais e filhos, vez que os genitores detêm o poder de mando e a prole, por sua vez, possui o dever de obediência”.

Vale pontuar que no Código Civil de 1916 o poder familiar era intitulado como “pátria poder”, pois o poder era exclusivo do pai.

Conforme dispõe Venosa (2012, p.100), “o poder familiar teve sua origem na Roma Antiga, onde a lei autorizava o pai a vender ou até mesmo tirar a vida de seu filho, era o poder/dever que o pai tinha sobre a pessoa dos filhos”.

Stacciarini (2014, p.178) prescreve que “nesta época, o poder familiar trazia em sua definição a figura paterna com exclusividade em se tratando da educação, do dever e da obrigação dos pais com relação aos filhos. Não existia a figura do pai e da mãe exercendo juntos os poderes e deveres como observado hoje em dia, o pai era o único com poder para controlar e educar os filhos”.

Nessa visão, a figura materna não detinha nenhum direito sobre os filhos, pois o pai era visto como chefe e tinha controle sobre a família. Nesse sentido, Maria Berenice (2006) menciona que a mãe apenas alcançava seus direitos sobre os filhos na falta ou no impedimento do pai.

Isso demonstra que o poder familiar estava longe de ser um instituto conservador que se preocupava com os integrantes do núcleo familiar, o que existia era preocupações acerca do poder, considerando os filhos como propriedade privada, podia o pai dispor como se fossem mercadorias. Acontece que o poder familiar passou por significativas mudanças com o passar do tempo. Uma delas foi o acolhimento dos interesses familiares, conferindo a ambos os cônjuges igualdade de condições, conforme previsto no artigo 226, § 7º, da Constituição Federal.

O poder familiar deixou de ser um instituto individualista e voltou-se a assegurar os direitos da criança e do adolescente, onde os pais, em conjunto, detêm da obrigação de cuidar, educar e proteger os filhos, em atenção ao princípio do melhor interesse para o menor.

Portanto, o motivo para a alteração do nome do instituto foi a de que:

[...] a expressão pátrio poder era denotadora da prevalência do cônjuge varão sobre a pessoa dos filhos, reconhecendo-se então, a necessidade de substituição para que dúvida não houvesse sobre a posição da mulher na direção da sociedade conjugal, exercida por ambos, em colaboração, sempre no interesse do casal e dos filhos. (NADER, 2010).

No entanto, apesar das mudanças, Comel (2003) esclarece que a legislação ainda se manteve ultrapassada, vez que o entendimento de que o poder familiar apenas alcançaria aos filhos legítimos, perdurou por muito tempo, e relatou que o grande marco na história do poder familiar foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, atendendo ao que há muito vinha sendo preconizado pela doutrina, causou uma revolução no Direito de Família de tal envergadura que bastaram três de seus artigos, quais sejam, o art. 5º, inc. 1, o art. 226 nos §§ 3º, 4º, 5º e 6º, e o art. 227, nos dois últimos parágrafos, para fazer com que mais de cem dispositivos do Código Civil de 1916 e de outras leis esparsa deixassem de ser recepcionados, com reflexos na LICC, no direito processual, na LRP, dentre outros (COMEL, 2003, p.39 apud Moreira, 2015, p. 4).

Assim, além de equiparar homens e mulheres, dentro do contexto familiar também aconteceu a equiparação de todos os filhos, deixando para trás todo histórico de desigualdade antes estabelecido dentro do núcleo familiar.

Nessa linha, a Constituição Federal em seu artigo 226, § 5º, determina que "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher". Também é o artigo 1.631, do Código Civil que dispõe sobre a igualdade acerca da titularidade do poder familiar por ambos os pais.

Além disso, o artigo 1.634 do mesmo Diploma estabelece que “compete a ambos aos pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar [...]”.

Vale ressaltar que os pais que não mais estejam juntos exercem também sob os filhos o poder familiar, destacando que a relação familiar não surge do matrimônio, mas da formação de vínculos afetivos, quer seja, paternidade e maternidade. Portanto, advindo o rompimento da sociedade conjugal o poder familiar não se alterará e os pais continuarão, de forma igualitária, a exercê-lo, conforme dispõe o artigo 1632 do Código Civil:

A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre os pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos. (BRASIL, 2002)

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi outra norma legal que trouxe mudanças fundamentais acerca do poder familiar. Assim, dispõe seu artigo 21:

O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer a autoridade judiciária competente para a solução da divergência. (BRASIL, 1990).

Posto isto, é correto afirmar que a guarda dos filhos é dos desdobramentos instituídos pelo poder familiar. Assim, ocorrendo o desmantelamento da sociedade conjugal o que melhor resguardaria a proteção das prerrogativas dos filhos seria a guarda compartilhada, que por vez sua possibilita o compartilhamento dos deveres inerentes ao poder familiar conferido aos pais.

Posto isto, o poder familiar antes conhecido como pátrio poder, passou de ser um instituto discricionário do pai e atualmente objetiva a proteção dos interesses do das relações familiares em regime de igualdade.

2.1 Do conjunto de atributos conferidos aos pais em relação aos filhos: direitos e deveres

Inicialmente, é importante destacar que o cuidado despendido pelos pais em relação aos filhos é irrenunciável. Essa característica a eles atribuída tem como espoco proteger os filhos, pessoas vulneráveis, que precisam dos cuidados fraternais.

Carlos Roberto Gonçalves (2005) menciona que a tarefa de cuidado dos pais é inerente a esta função e em decorrência, não pode ser alienado, renunciado, delegado ou substabelecido. Completa o autor que qualquer conduta em contrário, em que pai ou mãe abandone esta obrigação, será considerada inválida.

Percebe-se que o ordenamento jurídico, através do poder familiar, atribuiu aos pais responsabilidades para a proteção dos filhos.

O Código Civil, em seu artigo 1.634, dispõe que:

Art. 1.634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:
I - dirigir-lhes a criação e educação;
II - tê-los em sua companhia e guarda;
III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;

IV - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos

pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;
V - representá-los, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;
VI - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;
VII - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição. (BRASIL, 2002).

Com efeito, o disposto no referido artigo expressa o sentido de que o dever conferido aos pais deve ser voltado para suprir todas as necessidades dos filhos, de conceder um desenvolvimento sadio, satisfazendo os cuidados quanto a saúde, orientações comportamentais para o convívio social, apoio psicológico, vestimenta, alimentação e o mais importante manifestação de afeto e carinho ao longo da vida.

Maria Berenice Dias (2009) critica o rol deste artigo, ao dizer que ele não elenca, em sua opinião, o dever mais importante, *in verbis*:

[...] o dever de lhes dar amor, afeto e carinho. A missão constitucional dos pais, pautada nos deveres de assistir, criar e educar os filhos menores, não se limita a vertentes patrimoniais. A essência existencial do poder parental é a mais importante, que coloca em relevo **afetividade responsável** que liga pais e filhos, propiciada pelo encontro, pelo desvelo, enfim, pela convivência familiar (DIAS, 2009, p. 388) grifo da autora.

Todavia, para que essas responsabilidades se efetivem é necessário o compartilhamento das responsabilidades entre ambos os pais. Cláudia Maria da Silva (2004, p. 123) ressalta que os genitores, na assunção de seus papéis de pais (não somente genitores), devem cuidar para que seus encargos não se limitem ao aspecto material, ao sustento.

O artigo 227 da Constituição Federal determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Ainda, o artigo 229 da Constituição Federal, também atribui aos pais o dever de assistir, criar e educar os filhos. Assim “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

O legislador formalizou no sentido de que os interesses dos filhos menores merecem atenção especial por parte de seus pais, do Estado e dos cidadãos e qualquer suspeita ou conhecimento de situações que causem mal aos filhos deve ser denunciada.

Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece as responsabilidades inerentes ao poder familiar, conferindo aos pais deveres materiais, afetivos, morais e psíquicos. O seu artigo 3^o determina que toda criança e adolescente possui os mesmos direitos fundamentais da pessoa humana. Nota-se:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Os pais possuem o compromisso de dar a melhor formação aos filhos, vez que a assistência familiar contribui para um crescimento saudável. Desta forma, os pais que deixarem de com as suas obrigações em relação aos filhos, estarão descumprindo com a ordem legal a eles imposta, podendo acarretar sequelas irreparáveis e gerar reflexos permanentes na vida dos filhos.

A principal consequência gerada pela omissão dos pais de cuidado dos filhos é a ofensa aos direitos fundamentais conferidos à criança e ao adolescente.

Cláudia Maria da Silva (2004, p.145) em seu entendimento enfatiza a necessidade da criação de métodos para impedir a omissão dos pais quanto a obrigação de cuidado sob filhos:

Em contrapartida à relevância e imperiosidade da garantia e preservação do dever de convivência, na acepção ampla, como ora defendido, tem-se que o descumprimento deste dever importa em sérios prejuízos à personalidade do filho. Isso autoriza a imediata efetivação de medidas previstas nos diplomas legislativos pertinentes na tutela dos interesses da filiação e decorrentes da responsabilidade civil dos pais para com os filhos, sobretudo a condenação do pai pelos danos causados, como já se faz presente em nossa jurisprudência.

À vista disso, ambos os pais possuem a responsabilidade de cuidar e proteger de seus filhos. Conforme leciona Waldir Filho (2010) os genitores devem sempre se preocupar com a vida de seus filhos e ensina-los os valores para ser uma pessoa digna na sociedade.

No que concerne ao direito dos pais à companhia dos filhos Maria Berenice Dias (2007, p.407) assevera que, “a convivência dos filhos com os pais não é direito do pai, mas do filho [...]”. Nessa mesma linha de pensamento posso citar o doutrinador Paulo Luiz Netto Lôbo (2008, p. 277) que esclarece que esse direito “tem como contrapartida o direito dos filhos à companhia de ambos os pais e à convivência familiar, constitucionalmente atribuída”.

Nesse sentido são os ensinamentos de Grisard (2009, p. 47/48):

Ordinariamente o filho deve permanecer na família e ligado aos pais, conforme preconiza do artigo 19 do ECA, em unidade de convivência. A guarda é, a um

tempo, um direito, como o de reter o filho no lar, conservando-o junto de si, o de reger sua conduta, o de reclamar de quem ilegalmente o detenha, o de proibir-lhe companhias nefastas e de frequentar determinados lugares, o de fixar residência e domicílio e, a outro, um dever, como o de providenciar pela vida do filho, de velar por sua segurança e saúde e prover ao seu futuro.

Dessa maneira, o direito de guarda dos pais com relação aos filhos está ligado ao direito dos filhos de estarem na companhia dos pais, e dos pais de terem a companhia dos filhos.

3. DA GUARDA

O poder familiar foi conferido aos pais, sendo a guarda um dos elementos decorrentes deste poder. Quintas (2009, p.22) leciona que:

Enquanto conviverem os pais, a guarda dos filhos será compartilhada por ambos, mas a partir do momento em que cessa essa convivência, poderão ser feitos vários arranjos para determinação da guarda. Desta feita, a guarda se apresentará de formas diferentes, sempre com vista a atingir o melhor interesse da criança.

A guarda deve objetivar o melhor interesse da criança. Desse modo, sobrevivendo à dissolução conjugal é preciso definir qual dos pais será o guardião da criança. Cabe ressaltar que a guarda poderá ser consensual, quando há acordo de vontade entre o casal, ou judicial, arbitrada pelo juiz.

O artigo 1.584 § 5º do Código Civil aponta que não havendo acordo entre os pais quanto à guarda dos filhos, será atribuída àquele que apresentar melhores condições para exercê-la. Ainda, esclarece que a guarda será concedida a outra pessoa, nas hipóteses de conflito entre os pais, tendo preferência os membros da família que tenham afinidade e afetividade com os menores.

Posto isto, se faz necessário estudar os desdobramentos em relação às modalidades de guarda.

3.1. Conceito de guarda de fato e de direito.

Na guarda de fato não há disposição judicial determinando legalmente sua atribuição, pois não decorre de nenhuma uma ordem autoritária. Esta se inicia quando exercida diariamente por aquele com quem a criança reside.

“A guarda de fato tem origem em decisão própria da pessoa que toma o menor a seu cargo, sem que haja atribuição legal ou judicial”. (MATAS, 2004, p. 86).

A guarda de fato é exercida diariamente por aquele que mora com a criança. Não há necessidade de ação para ser constituída, pois se refere a uma situação causal. Não precisa de processo para ter a guarda de fato, pois é um termo utilizado para se referir a uma situação fática. Esta pode ser transformada em guarda de direito, quando requerida.

Já a guarda de direito é aquela conferida pela autoridade judicial, que analisará o caso e atribuirá a um dos pais ou a um terceiro que apresente as melhores condições para a criança.

Com a atribuição da guarda a um dos pais ou responsável, tem-se estabelecido ao outro pai não guardião o direito de visita ao filho, e isto enfraquece o poder familiar, pois este terá dificuldades de exercer suas prerrogativas de maneira integral. Assim conclui-se que a atribuição da guarda a um dos pais gera conflitos em relação a guarda dos filhos.

3.3. As modalidades de guarda previstas no ordenamento jurídico.

Considerando as informações acerca da guarda de fato e de direito, vale ponderar quanto os modelos existentes no ordenamento jurídico. Há três modalidades, quais sejam: Guarda alternada, unilateral e compartilhada, sobre as quais se passará a analisar.

3.3.1 Guarda alternada

A guarda alternada está prevista no artigo 1586 do Código Civil, que determina a sua atribuição a ambos os pais, alternadamente, entre determinados períodos sob a guarda de um dos pais e outros sob a guarda do outro. Esta objetiva propiciar a convivência com ambos os pais, de forma alternada, com mudança de residência.

Rocha (2010, p. 45) ensina que:

O filho será dirigido, a cada período de mudança, de forma diferentes, tendo que se adequar a decisões diferenciadas no que concerne a sua educação, criação e proteção, que gera confusão, contrariando, além do mais, suas necessidades de estabilidade.

Coelho defende que “esta espécie de guarda nem sempre se tem revelado uma alternativa adequada para o menor, cuja vida fica cercada de instabilidade. Não convém seja adotada, a não ser em casos excepcionais, em que os pais residam em cidades distantes ou mesmo em diferentes países.” (COELHO, 2006, p. 110).

3.3.2. Guarda Unilateral

A guarda unilateral está prevista no artigo 1583, parágrafo 1, do Código Civil, sendo atribuída a apenas um dos pais ou responsável. O parágrafo 2 dispõe de critérios, tais como: afetividade nas relações entre os pais e filhos, educação, segurança.

Ademais, o parágrafo 3 do artigo supracitado assevera que “a guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos”, esta responsabilidade se dará através do direito de visitas.

Maria Berenice Dias (2009) critica este modelo de guarda:

A guarda unilateral afasta, sem dúvida, o laço de paternidade da criança com o pai não guardião, pois a este é estipulado o dia de visitas, sendo que nem sempre esse dia é um bom dia; isso porque é previamente marcado, e o guardião normalmente impõe regras. (DIAS, 2009, p. 404).

Partindo dos critérios apontados a guarda unilateral, se apresenta como uma modalidade que enfraquece e afasta o pai não guardião dos laços afetivos.

3.3.3. Guarda compartilhada

A guarda compartilhada é regulamentada pelo artigo 1583, parágrafo 1, do Código Civil e, pela Lei n. 11.698/2008. O conceito de guarda compartilhada é descrito como sendo: “a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns”. (BRASIL, 2002).

Manoela (2009, p.28) define guarda compartilhada como:

Compartilhada é a modalidade de guarda em que os pais participam ativamente da vida dos filhos, já que detêm a guarda legal dos mesmos. Todas as decisões importantes são tomadas em conjunto, o controle é exercido conjuntamente. É uma forma de manter intacto o exercício do poder familiar após a ruptura do casal, dando continuidade à relação de afeto edificada entre pais e filhos e evitando disputas que poderiam afetar o pleno desenvolvimento da criança.

O exercício da guarda compartilhada assegura benefícios para a criança, na medida em que há a participação direta dos pais ao decorrer de seu crescimento. Com isto, os pais são vistos de igual para igual.

Por fim, este modelo de guarda é ideal, vez que favorece o direito de convívio dos filhos com os pais, com menos gravames.

3.4. Considerações acerca do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente

A Constituição Federal de 1988 em conformidade com o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, determina que a família é a base da sociedade e que considerando o caso concreto de cada ambiente familiar, as relações que o cercam merecem ser analisadas respeitando suas peculiaridades, em atenção a igualdade e a dignidade de seus membros.

Logo, as crianças e os adolescentes, por serem pessoas frágeis, vulneráveis e em desenvolvimento, os tornam sujeitos a um tratamento especial, devendo as demandas a estes vinculados serem estudadas em atenção ao princípio do melhor interesse do menor.

Fernanda de Melo Meira (2010) leciona que a Convenção das Organizações das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, aprovada no Brasil em 1990, e afirma que:

A adolescência deverá ser considerada prioridade imediata e absoluta e que necessita de consideração especial, sendo universalmente resguardado os seus direitos fundamentais, dispondo que todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança. (MEIRA, 2010, p. 232).

Por estar relacionado aos direitos humanos fundamentais, este princípio determina a família, ao Estado e a sociedade de acolherem o que for melhor para o interesse do menor, zelando pelo seu crescimento em todos os aspectos, quer sejam, moral, psíquico e social.

4. APONTAMENTOS ACERCA DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

A Síndrome da Alienação Parental está vinculada aos litígios no ambiente familiar, nas questões de separação conjugal e na guarda dos filhos.

Brockhausen (2012, p. 15) relata que:

A Síndrome da Alienação Parental, conhecida pelas siglas SAP e em inglês PAS, é também denominada por alguns autores tais como Maria Berenice Dias e Eduardo Ponte Brandão como “Implantação de Falsas Memórias” ou “Abuso do Poder Parental” e foi descrita pela primeira vez em meados do ano de 1980 pelo médico psiquiatra norte-americano Richard Gardner, o qual a definiu como a rejeição injustificada da criança a um dos genitores no pós-divórcio. Tal rejeição infantil é atribuída à programação sistemática feita por um dos genitores, com o objetivo de

banir o outro. O diagnostico é injustificado porque antes da separação a criança sempre apresentou bom comportamento com o genitor alienado.

O médico psiquiatra Richard Gardner foi o primeiro a definir esta síndrome ao expor que é:

Um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegatória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificção. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável. (GARDNER, 1985, p.02).

No mesmo sentido, explica Maria Berenice Dias (2008, p.01):

[...] muitas vezes a ruptura da vida conjugal gera na mãe sentimento de abandono, de rejeição, de traição, surgindo uma tendência vingativa muito grande. Quando não consegue elaborar adequadamente o luto da separação, desencadeia um processo de destruição, de desmoralização e de descredito do ex-cônjuge. Ao ver o interesse do pai em preservar a convivência com o filho, quer vingar-se, afastando este do genitor. Para isso cria uma série de situações visando a dificultar ao máximo ou a impedir a visitação. Leva o filho a rejeitar o pai, a odiá-lo.

Conforme o entendimento de Camargo (2012) a síndrome da alienação parental deve ser considerada como um ato de violência praticado contra a criança, e que se não for estancado a tempo, trará consequências irremediáveis.

4.1 A discrepância entre a síndrome de alienação parental e a alienação parental

É importante destacar as diferenças entre a síndrome de alienação Parental e alienação parental. Nas palavras de Fonseca (2006):

A alienação parental é o afastamento do filho de uns dos genitores, provocado pelo outro, via de regra, o titular da custódia. E a síndrome da alienação parental, diz ‘respeito às sequelas emocionais e comportamentais de que vem a padecer a criança vítima daquele alijamento.

A Lei n. 12.318/2010 em seu artigo 2 impõe que:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, 2010).

A alienação parental acontece, na maioria dos casos, com o rompimento do núcleo familiar, momento em que questão judicial pela guarda dos filhos torna-se uma disputa

entre os cônjuges. Assim, os filhos são usados para acalantar o sentimento de vingança de um cônjuge contra o outro e, conseqüentemente aqueles são os maiores prejudicados, pois por serem pessoas vulneráveis, em crescimento, não compreendem o que está acontecendo e acabam por gerar os problemas decorrentes da síndrome de alienação parental.

Matias e Lustosa asseveram que (2010):

Emergindo a separação dos pais, seja pelo casamento, união estável, relação concubinária ou relacionamentos afetivos diversos, os genitores, caso não acordem quanto à guarda dos filhos, demandarão judicialmente sobre esta disputa para regulamentar suas responsabilidades, de forma a preservar o convívio saudável com o filho. Assim, sendo outorgada a guarda dos filhos a um dos genitores, ao genitor não guardião é assegurado o direito de visitas, sendo este um direito da criança e um dever do genitor não guardião. Entretanto, muitas vezes o genitor guardião impõe barreiras quanto a esse direito-dever, tentando afastar o filho do genitor não guardião, promovendo a síndrome da alienação parental.

A síndrome de alienação parental se desenvolve através dos reflexos gerados pela alienação parental.

Nesse sentido Fonseca (2009, p.01) destaca que:

Assim, enquanto a síndrome refere-se à conduta do filho que se recusa terminante e obstinadamente a ter contato com um dos progenitores e que já sofre as mazelas oriundas daquele rompimento, a alienação parental relaciona-se com o processo desencadeado pelo progenitor que intenta arredar o outro genitor da vida do filho.

Silva (2011, p.47), articula que o pai alienante:

Pode chegar a influenciar e induzir a criança a reproduzir relatos de eventos de supostas agressões físicas/sexuais atribuídas ao outro genitor, com o objetivo único de afastá-lo do contato da criança. Na maioria das vezes tais relatos não tem veracidade, dadas certas circunstâncias e contradições nas explicações, ou ambivalência de sentimentos, ou mesmo comprovação médica [...], mas tornam-se argumentos fortes o suficiente para requerer das autoridades judiciais a interrupção das visitas do suposto agressor.

A criança passa a reproduzir tal alegação como se de fato tivesse acontecido, inconsciente de que se trata, na verdade, de um discurso implantado. Dessa forma, as falsas memórias podem ser compreendidas como um fenômeno onde o indivíduo se recorda distorcidamente de fatos ou situações que, na verdade, nunca existiram. Esse fenômeno diferencia-se da mentira, tendo em vista que quando o indivíduo mente há a consciência de que está referindo-se à algo que não é verdade, enquanto nas falsas memórias o indivíduo não

consegue perceber que não vivenciou tal situação, referindo-se à ela como se a tivesse vivido (BOUSI, 2012, p. 67).

Percebe-se que o detentor da guarda é quem se utiliza de várias estratégias para romper os laços da criança com o outro genitor. Tal situação dá ensejo à síndrome, em que se constata um apego excessivo do filho com relação a um dos pais e a rejeição do outro. O vínculo que antes existia entre o pai alienado e filho será totalmente destruído. A criança passará a odiar o pai que a ama e que necessita.

Logo, a melhor opção para combater esses problemas é a aplicação da guarda compartilhada, vez que propicia a divisão das responsabilidades e cada um cumprirá o seu papel direto e simultâneo em relação aos filhos.

4.1 Danos causados para a relação afetiva entre o filho e o pai alienado.

Sobre as consequências da síndrome da alienação parental, Priscila (2010, p. 274) leciona que:

Os efeitos desta síndrome podem se manifestar às perdas importantes – morte de pais, familiares próximos, amigos, etc. Como decorrência, a criança (ou o adulto) passa a revelar sintomas diversos: ora apresenta-se como portadora de doenças psicossomáticas, ora mostra-se ansiosa, deprimida, nervosa e, principalmente agressiva. Os relatos acerca das consequências da síndrome de alienação parental abrangem ainda depressão crônica, transtornos de identidade, comportamento hostil, desorganização mental e às vezes, suicídio. É escusado dizer que, como toda conduta inadequada, a tendência ao alcoolismo e ao uso de drogas também é apontada como consequência da síndrome.

A partir de sentimento de vingança, ódio e insegurança, o guardião alienador utiliza a criança como meio de atingir o genitor alienado. Pelo fato de o genitor guardião ter maior influência sobre a criança, e o mesmo não possuir ainda personalidade capaz de distinguir o certo do errado, o genitor alienante utiliza-se de meios levianos ao incutir falsas memórias e fatos inverídicos, transformando os bons sentimentos em mágoa, rancor, repúdio, fazendo com que a criança acredite fielmente em tais acontecimentos; e no grau máximo de inconformismo, o alienador passa a acusar o genitor alienado de ter cometido crime contra a criança, (SILVA; FOGIATTO, 2007).

Ademais, acerca das consequências da síndrome da alienação parental, os que foram submetidos ao alijamento, poderão apresentar dificuldades escolares, dificuldades psicopedagógicas, delinquência, envolvimento com álcool e drogas, agressividade, depressão e até o suicídio (MATIAS; LUSTOSA, 2010)

Logo, os filhos vítimas dos conflitos conjugais, usados como objeto de retaliação, apresentam comportamentos que comprometem o seu crescimento e o desenvolvimento de

sua personalidade, que vão desde transtornos emocionais, psicológicos à morais que influenciaram em seu modo de ser para o resto da vida.

5. A IMPORTÂNCIA DA GUARDA COMPARTILHADA PARA A CONVIVÊNCIA ENTRE PAIS E FILHOS APÓS A RUPTURA DA SOCIEDADE CONJUGAL.

As relações familiares são de suma importância para o desenvolvimento sadio das crianças, pois é através dessa relação que crianças e adolescentes constroem sua estrutura psicológica, social e emocional.

Com o rompimento das relações familiares pela dissolução da sociedade conjugal muda-se a rotina de uma família unida e da convivência diária entre pais e filhos.

Nesse contexto se discute quem ficará com a guarda da criança. Em conformidade com o artigo 1584 do Código Civil, os pais devem chegar a um acordo quanto a essa questão.

O parágrafo 2 do artigo 1584 do Código Civil preceitua que:

Art. 1.584. A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser:

I – requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar;

II – decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, ou em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe.

§ 2º Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor. (BRASIL, 2002).

Com efeito, conforme estabelece o artigo supracitado o juiz aplicará o modelo de guarda compartilhada sempre que possível e, tem o dever de esclarecer aos pais a sua importância e as sanções pelo seu descumprimento.

Neste contexto, hodiernamente a legislação brasileira junto aos operadores e doutrinadores do direito de família vem solidificando o consenso de que mesmo que ocorra a ruptura da sociedade conjugal, a guarda compartilhada apresenta-se como a que melhor atende ao convívio saudável em meio aos pais e entre pais e filhos, mesmo que após a separação. (FONTELES, 2014, apud, MEIRA, 2010).

Ingrith Gomes Abrahão (2007, p.77) dispõe que:

A doutrina de Direito de família que defende o modelo de guarda compartilhada como a melhor opção, no que toca ao tema guarda dos filhos, é majoritária. Formada

por advogados, juízes, membros do Ministério Público, acadêmicos, psicólogos e assistentes sociais, os defensores da guarda compartilhada no Brasil destacaram a preservação do exercício da autoridade parental com ambos os genitores como a principal razão para sua adoção no Direito brasileiro.

A autora também elencar informações essenciais para fixação da guarda compartilhada. Quais sejam:

[...] através do exercício conjunto da educação e cuidados da prole, os pais afastam a incidência da chamada Síndrome da Alienação Parental, que é tão frequente nos casos de guarda exclusiva, principalmente quando há conflito entre o genitor guardião o não guardião.

[...] a cooperação entre pais e o compartilhamento dos deveres relativos à pessoa dos filhos minimizam a probabilidade das crianças e adolescentes desenvolverem problemas emocionais, escolares e sociais.

[...] diminuir as pressões e responsabilidades em relação à educação do filho que sempre se concentraram na mãe, que geralmente permaneceria com a guarda dos filhos enquanto o pai assumia o papel apenas de provedor, de alimentante.

[...] a participação de ambos os genitores em todas as decisões acerca de atos e interesses dos filhos, outra vantagem do modelo estaria no fato de que há um progressivo aumento no respeito mútuo entre aqueles.

[...] a guarda conjunta evitaria os escândalos e as dissimulações promovidas por algumas mães que, à alegando o instituto materno de proteção da prole, tentam afastar o pai do relacionamento com o filho, para assim não perder o controle da situação e ter maior poder de negociação com o não guardião. (ABRAHÃO, 2007, p. 78/79/80).

A partir dessas considerações, pode-se concluir que a guarda compartilhada é adequada por garantir a convivência entre pais e filhos, por ser orientada a manter os vínculos afetivos dos filhos com os pais após o rompimento da sociedade conjugal.

Através deste modelo de guarda as consequências da separação conjugal, sob a vida dos filhos, são minimizadas, pois a guarda compartilhada preserva o relacionamento entre pais e filhos. A convivência familiar efetiva o conteúdo constitucional atribuído aos pais, quer seja, o poder familiar, por ser ela instrumento viabilizador de um maior estreitamento afetivo entre pais e filhos.

6. CONCLUSÃO

Com a comunhão da família os filhos continuam sob os cuidados diretos de ambos os pais. No entanto, após o desmantelamento do vínculo conjugal, surge à necessidade de escolher quem ficará com a guarda dos filhos.

Quando a guarda é concedida a um dos pais, tem-se a guarda unilateral. Nesta o filho mora com um dos pais e ao outro compete o direito de visitas. Há também a guarda alternada, que é a modalidade em que os pais, alternadamente, por determinados períodos ficam com a guarda do filho.

A respeito desses dois tipos de guarda, diversas críticas foram feitas, tendo despertado entre os doutrinadores e operadores do direito a preferirem a guarda compartilhada, quando houver mútuo acordo entre os cônjuges, pois esta é adequada e atende o princípio do melhor interesse para o menor. Na guarda compartilhada as responsabilidades são simultâneas entre os pais, de forma a garantir a convivência entre pais e filhos.

Ademais, na guarda compartilhada ambos os cônjuges estarão habilitados para a divisão das responsabilidades para a criação dos filhos, este certamente é um instrumento eficaz para coibir a síndrome da alienação parental.

A Constituição Federal de 1988 veio para garantir os direitos fundamentais e a aplicabilidade da proteção integral a criança e ao adolescente.

Assim, a guarda compartilhada apresenta-se como instrumento de combate a síndrome da alienação parental, por atender aos direitos fundamentais e proporcionar um convívio familiar saudável. Além disso, atribui aos pais responsabilidades recíprocas, mostrando-se como melhor modalidade para o exercício do poder familiar, evitando, portanto, a ocorrência da síndrome de alienação parental.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Ingrith Gomes. **Uma releitura da guarda compartilhada à luz do direito brasileiro**. 2007. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

BOUSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do direito e da psicologia**. Curitiba: Juruá, 2012, p.67.

BROCKHAUSEN, Tamara. **Alienação parental: caminhos necessários**. *Diálogos*. Brasília, 2012. p. 15-16.

VIERIA, J. A.; MANSILIA, J. G. *Guarda Compartilhada: uma alternativa para coibir a síndrome de alienação parental*. In: **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. Ano IX, n°. 16, jan/jun 2017. ISSN 2175-7119.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. **Lei 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 08 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº: 11.698 de 13 de junho de 2008**. Altera os artigos. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Vade Mecum. 23º ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em: 09 jun.2017.

CAMARGO, Joeci. **Quando a alienação parental começa antes da separação**. Gazeta do Povo. 19 abril. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/artigos/conteudo.phtml?tl=1&id=1245700&tit=Quando-a-alienacao-parentalcomecant-es-da-separacao>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**, volume 5. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMEL, Denise Damo. **Do poder familiar**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4ª ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 407.

VIERIA, J. A.; MANSILIA, J. G. *Guarda Compartilhada: uma alternativa para coibir a síndrome de alienação parental*. In: **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. Ano IX, nº. 16, jan/jun 2017. ISSN 2175-7119.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 5 ed. Ver, atual. e ampli. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 388.

DIAS, Berenice Maria. **Manual de direito das famílias**. 3. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **Síndrome da Alienação Parental, O que é isso?** 2009, p.404. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/1_-_s%EDndrome_da_aliena/uploads/1_-_s%EDndrome_da_aliena%E7%E3o__parental%2C_o_que_%E9_isso.pdf>. Acesso em: 08 jun.2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 5º vol. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 516.

FILHO, Waldyr Grisard. **Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p.35-36.

WALDYR FILHO, Grisard. **Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Síndrome de alienação parental**. São Paulo, 2006, p.02. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files?anexos/32874-40890-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Síndrome da Alienação Parental**. In: Manual de Direito das Famílias e das Sucessões. Coordenadores Ana Carolina Brochado Teixeira e Gustavo Pereira Leite Ribeiro. 2º ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 01.

FONTELES, Celina Tamara Alves. **A guarda compartilhada: um instrumento para inibir a síndrome da alienação parental**. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/27631/a-guarda-compartilhada-um-instrumento-para-inibir-a-sindrome-da-alienacao-parental>> apud MEIRA, Fernanda de Melo. **A guarda e a convivência familiar como instrumentos veiculadores de**

direitos fundamentais. In: Manual de Direito das Famílias e das Sucessões. 2º ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

VIERIA, J. A.; MANSILIA, J. G. *Guarda Compartilhada: uma alternativa para coibir a síndrome de alienação parental*. In: **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. Ano IX, n.º. 16, jan/jun 2017. ISSN 2175-7119.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p.369.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 100.

GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** SAP – Síndrome de Alienação Parental, 2002. Tradução de Rita Rafaeli. Disponível:< <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: famílias**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 277.

MATA, Ronaldy Cajueiro de Melo da. **Guarda compartilhada: da exceção à regra**. Belo Horizonte, 2004, p. 86. Dissertação Mestrado PUC, Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte, 2004.

MATIAS Cláudia Meira e LUSTOSA Tatiana do Valle Rosa. **Síndrome da Alienação Parental: Um Estudo de Caso**. In: Aplicação da Lei em uma perspectiva interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional. Coordenadores Ivânia Ghesti-Galvão e Elisângela Caldas Barroca Roque. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

MOREIRA, Josiele Adriana. **Destituição do poder familiar: punição ou garantia de direitos?** 2015, p.4 apud COMEL, Denise Damo. **Do poder familiar**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p.39.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: Direito de família**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense. v 5, 2010, p.100.

QUINTAS, Maria Manoela Rocha de Albuquerque. **Guarda compartilhada**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 28.

ROCHA, Maria Da. **Guarda compartilhada**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 45.

VIERIA, J. A.; MANSILIA, J. G. *Guarda Compartilhada: uma alternativa para coibir a síndrome de alienação parental*. In: **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. Ano IX, nº. 16, jan/jun 2017. ISSN 2175-7119.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: Direito de Família**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 359.

SILVA, Oziane Oliveira da; FOGIATTO, Michelly Mensch. **Síndrome da Alienação Parental**. Disponível em: <<http://revista.ulbrajp.edu.br/ojs/index.php/jussocietas/article/view/File/618/457>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Guarda Compartilhada e Síndrome da Alienação Parental: O que é isso?** 2.ed. revista e atualizada. Campinas, 2011, p.47.

SILVA, Cláudia Maria da. **Indenização ao Filho**: descumprimento do dever de convivência familiar e indenização por dano à personalidade do filho. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre, v. 6, n. 25, p.123-145, ago-set. 2004.

STACCIARINI, Alessandra. **Poder familiar**: evolução histórica e legislativa. 2014. Disponível em: <<http://alestacciarini.jusbrasil.com.br/artigos/190133523/poder-familiar-evolucao-historica-e-legislativa>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 289.

VENOSA, Salvo de Sílvio. **Direito Civil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.